



**CULTURA VIVA 20 ANOS:
MEMÓRIA, REFLEXÃO,
FUTURO E CELEBRAÇÃO**

4 APRESENTAÇÃO

5 ENCONTRO NACIONAL CULTURA VIVA 20 ANOS

12 VIVA O CULTURA VIVA: 20 ANOS DA MAIOR POLÍTICA CULTURAL DE BASE COMUNITÁRIA DO BRASIL

15 CULTURA VIVA: 20 ANOS DE DESAFIOS, CONQUISTAS E RESISTÊNCIA

19 A COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

23 UMA AGENDA COMPARTILHADA DE CONHECIMENTOS

27 TEMPOS DA CULTURA VIVA

40 20 ANOS DE CULTURA VIVA: REVISITAR A MEMÓRIA PARA CONSTRUIR O FUTURO

APRESENTAÇÃO



É com alegria que apresentamos esta publicação produzida no âmbito das comemorações dos 20 anos do Programa Cultura Viva e dos 10 anos de sua institucionalização como política de Estado: a Política Nacional de Cultura Viva. Um marco que nos oferece uma oportunidade ímpar para refletir sobre o passado, o presente e o futuro da vida cultural de nosso país.

O Cultura Viva surgiu com o propósito de democratizar o acesso à cultura, valorizando a diversidade e fomentando a participação ativa das comunidades. Ao longo dos seus 20 anos, consolidou-se como uma política pública inovadora e transformadora, impactando positivamente a vida de milhares de pessoas e comunidades em todo o Brasil.

Esta publicação pretende ser mais do que um registro histórico comemorativo. É um convite à reflexão, ao diálogo e à construção coletiva de um futuro ainda mais vibrante para a Cultura Viva. Ela representa, também, uma conjugação de esforços de pesquisa e formação, organizados pelo Consórcio Universitário Cultura Viva, em diálogo e trabalho colaborativo com o Ministério da Cultura e toda a rede de Pontos de Cultura.

Que possamos celebrar essas conquistas com a consciência de que há muito mais por vir!

Boa leitura!

ENCONTRO NACIONAL CULTURA VIVA 20 ANOS

3 — 6 DE JULHO · SALVADOR — BAHIA

O Ministério da Cultura (MinC), o Consórcio Universitário Cultura Viva (UFBA-UFF-UFPR) e a Comissão Nacional de Pontos e Pontões de Cultura (CNPdPC), promovem o Encontro de abertura das comemorações dos 20 anos de criação do Programa Educação, Arte e Cidadania **Cultura Viva**, hoje a Política Nacional de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

A realização do Encontro perpassa por tecer a memória da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), refletir sobre a sua trajetória e os seus desafios, dialogar sobre o seu futuro, celebrar os seus atores, expressões e resultados. Para tanto, a programação do evento está estruturada em quatro eixos: memória, reflexão, futuro e celebração.

O Encontro tem por objetivo compartilhar saberes e promover a pactuação entre os entes federados e a sociedade civil, por meio de ações formativas, de intercâmbio e de planejamento em torno da PNCV. Além disso, pretende-se:

- Inaugurar a agenda celebrativa e colaborativa dos 20 anos do Cultura Viva em âmbito nacional valorizando a cultura como um direito social básico e constitucional e a Cultura Viva como porta de acesso democrática à política de cultura;
- Celebrar a construção coletiva da PNCV com os testemunhos e reconhecimento das personalidades envolvidas;
- Ampliar o diálogo sobre as estratégias conjuntas de fortalecimento da PNCV no contexto da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB);
- Promover um encontro de saberes com as mestras e mestres das culturas populares e tradicionais para valorizar a ação estruturante *Cultura e Conhecimentos tradicionais*, sua posição e ações na PNCV e contribuições para a construção da política nacional de valorização das cultura populares e tradicionais;
- Promover e qualificar a gestão compartilhada e participativa por meio do diálogo entre dirigentes, a Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNdPC), lideranças da sociedade civil e rede colaborativa;
- Fortalecer a aliança no parlamento, a cooperação nacional, regional e internacional da política de base comunitária Cultura Viva;
- Dar visibilidade à rede internacional com os 10 anos do Programa Ibero-cultura Viva, liderado pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib).

PROGRAMAÇÃO

03 de julho de 2024

9h – 10h30

Roda de Encantamento - Formação com mestres e mestras da Cultura Viva

11h – 12h30

Encontro de Formação e Articulação

Grupos de trabalhos simultâneos: GT Pontões de Cultura e GT Gestores públicos de Cultura Viva

Formação Colaborativa com a Rede de Pontões de Cultura.

PAINEL Mapeamento dos Pontos de Cultura

Devolutiva da escuta dos pontões realizada no I Seminário Nacional de Pontões de Cultura, realizado em Brasília; apresentação do protocolo de dados do Mapeamento dos Pontos de Cultura e discussão de critérios e estratégias para a busca ativa de Pontos.

Pactuação Federativa com gestores públicos de cultura

PAINEL Cultura Viva hoje: alcances e desafios

Recuperação do histórico da PNCV, sua relevância e impacto nacional na agenda das políticas culturais. Reflexão sobre os desafios do momento atual da PNCV e o papel dialógico entre Estado e sociedade civil.

14h – 16h30

GT Pontões de Cultura - Grupos focais de mapeamento dos Pontos de Cultura

GT Gestores públicos de Cultura Viva - Gestão e pactuação federativa da PNCV

17h – 18h30

GT Pontões de Cultura - Grupos focais de formação dos Agentes de Cultura Viva

GT Gestores públicos de Cultura Viva - Fomento nacional à cultura: LPG, PNAB e PNCV

18h30

Programação artístico-cultural

19h

Reunião — **Tecer o fio, puxar a Teia: políticas para as culturas populares e tradicionais**

Diálogos com mestras e mestres, grupos e coletivos culturais: tecer o fio, puxar a teia para a construção de políticas para as culturas tradicionais e populares.

Na roda de conversa busca-se instar sobre a importância fundamental dos conhecimentos tradicionais de Mestras e Mestres na construção da política nacional voltada para a preservação e valorização dessas manifestações culturais. Suas vivências, experiências e conhecimentos são essenciais para orientar e enriquecer as diretrizes e ações que visam fortalecer e promover as culturas populares e tradicionais em todo o país. A escuta atenta e o diálogo estabelecido com esses mestres e mestras representam um passo significativo na construção de políticas inclusivas, participativas e sensíveis às necessidades e demandas desses segmentos culturais tão importantes para a identidade nacional.

04 de julho de 2024

EIXO 1 — MEMÓRIA

10h — 12h30

Cultura Viva 20 anos: do do-in antropológico à política nacional e latinoamericana

Ao longo de seus 20 anos, a Política Cultura Viva experimentou avanços e inflexões relacionados à sua governança, descentralização, institucionalidade e internacionalização, o que trouxe impactos profundos nas políticas culturais de promoção à diversidade cultural. Caminhou-se de um programa para uma política estabelecida por lei, a Lei Cultura Viva, que comemora 10 anos. Considerando este percurso, a memória, o processo de acúmulo institucional e a atualização da política são fundamentalmente discutidos no novo contexto político.

14h – 17h

RODAS DE SABERES

Pontões, Pontos e CNPdC com a presença do Sistema MinC e gestores e gestoras públicas - atividades autogestionadas.

Tendo como plataforma de conversação os eixos de memória, reflexão e futuro, os ponteiros, fazedores da base comunitária, a partir de seus lugares, expressões e conhecimentos, protagonizam a discussão, em rodas simultâneas, a partir de falas e perguntas provocadoras:

RODA 1 – Base comunitária, memória e futuro

Diversidade cultural; culturas populares e tradicionais, originárias e de matriz africana; memória e patrimônio

O desenvolvimento e a perspectiva futura do Cultura Viva a partir do entrelaçamento de temas constitutivos da política, como a diversidade cultural, a memória e o patrimônio cultural, e as culturas populares, tradicionais e originárias.

RODA 2 – Caminhos de produção simbólica, existência e renovação

Economia solidária; artes; formação cultural; e cultura digital

As características que constituem a ação em rede Cultura Viva hoje e pensam caminhos para a sua atuação colaborativa, solidária e que busca a sustentabilidade econômica, produção artística com qualidade e inserção na nova realidade digital, e as dinâmicas de formação e educação na base comunitária.

RODA 3 – Pontos de cultura e redes democráticas

Territorialidades; participação social; acessibilidade e cidadania cultural

A democracia enquanto valor e processo atravessa os fenômenos culturais, sobretudo em uma política cultural cujo alicerce está na base da sociedade. Pensar a Cultura Viva enquanto uma plataforma de participação social, dispositivo de acesso e acessibilidade culturais e como instrumento de fazer cultural em territórios diferentes é o papel desta roda.

19h

Programação artístico-cultural

05 de julho de 2024

EIXO 2 – REFLEXÃO

9h – 12h30

Políticas de Base Comunitária na cultura: rumos da Rede Cultura Viva e os desafios de fortalecimento da PNCV

A Cultura Viva Comunitária convida a refletir sobre temas e conceituações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva, com destaque para o entendimento multifacetado das significações sobre base comunitária, a criação e o fortalecimento de uma rede de colaboração, a dimensão econômica de ações culturais no território e a relevância da participação social para a sustentabilidade.

EIXO 3 – FUTURO

14h – 17h

O futuro e as novas fronteiras do Cultura wViva

As potencialidades e desafios da PNCV em face dos atuais marcos legais e institucionais da cultura: PNAB, regulamentação do SNC, novo PNC, Decreto do Fomento. A qualificação da gestão compartilhada, dos instrumentos, a pactuação federativa e o financiamento continuado, a valorização dos mestres e mestras, a Cultura Viva do tamanho do Brasil e o potencial transnacional, com os 10 anos do Programa IberCultura Viva, com 13 países liderado pela Segib. Um momento de eleger, no presente, elementos vitais para a expansão da Política de base comunitária como porta de acesso democrática ao fomento cultural.

17h30 às 18h30

Reunião do MinC com gestores públicos do Cultura Viva, Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, Universidades e Pontos de Cultura para elaboração da Carta do Encontro Cultura Viva 20 anos.

19h

Programação artístico-cultural

06 de julho de 2024

EIXO 4 – CELEBRAÇÃO

16h

Ato em comemoração aos 20 anos de Cultura Viva

18h

Programação artístico-cultural

VIVA O CULTURA VIVA: 20 ANOS DA MAIOR POLÍTICA CULTURAL DE BASE COMUNITÁRIA DO BRASIL

Margareth Menezes

Ministra da Cultura do Brasil



É tempo de celebração! Há 20 anos nascia a Política Nacional de Cultura Viva, a maior e mais importante política cultural de base comunitária do Brasil.

Criada na gestão do então Ministro Gilberto Gil, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Cultura Viva é um programa gerido de forma compartilhada e em parceria com governos estaduais, distritais e municipais. Tem como propósito o fortalecimento de grupos, instituições, gestores, agentes e produtores culturais e a sociedade civil, capacitando e fomentando ações realizadas por entidades, coletivos em suas comunidades. A Política Cultura Viva apoia, valoriza, reconhece, dimensiona e divulga as culturas nos fazeres culturais em seus diferentes territórios.

Como o povo bem sabe, Ponto de Cultura é um reconhecimento! Imaginem uma organização social do interior do Ceará, ou em uma periferia de Belém, em uma comunidade quilombola no Acre, um grupo de *hip hop* no Rio Grande do Sul... Esses espaços se apresentam como “Ponto de Cultura”, e isso significa muito.

No dicionário, o ponto é um objeto que não possui definição, dimensão ou forma. Esse é exatamente o ponto proposto por nosso Mestre Gilberto Gil, que nos orienta que essa política tem capacidade para atingir o inatingível!

Uma política com essa finalidade vem, na prática, direcionando e inspirando a todos nós que entendemos o valor e a dimensão da cultura na construção da sociedade brasileira. A Política Cultura Viva é a verdadeira materialização da conexão e do diálogo entre cultura, educação, desenvolvimento, inclusão social, cidadania abrangente e descentralizada, em rede e em diálogo/escuta com as comunidades, com raízes fincadas em suas localidades.

Como política de base comunitária, os Pontos e Pontões reafirmam a força e potência da cultura popular de um povo que tem na criatividade e na arte sua identidade. Gostaria de deixar um viva ao querido Sérgio Mamberti, um visionário que consolidou a força presente nos Pontos e Pontões de Cultura, fazendo a conexão do Governo Federal com o reconhecimento de fazedores e fazedoras de cultura em todas as pontas do Brasil.

A Política Nacional de Cultura Viva fala ao coração e à memória das pessoas: porque quando falamos de política cidadã, precisa ser abrangente; quando falamos de diversidade, tem

que acolher a todas as pessoas, e quando falamos de cultura, não pode haver discriminações.

É sobre este tripé de base democrática que essa política se sustenta: pois deve atender a todos os territórios e expressões, dos sertões às cidades, das favelas aos mestres e mestras da cultura popular, fazedores e fazedoras da cultura do Norte ao Sul, Leste, Oeste e Centro Oeste do Brasil.

Em rede, os Pontões de Cultura e os Pontos de Cultura são potencializadores das expressões e manifestações culturais nas comunidades, que se tornam usuárias e gestoras do acontecimento cultural, promovendo a valorização da cultura local em todas as suas dimensões: econômica, social, cidadã e simbólica.

Como promotora e potencializadora das culturas populares e tradicionais, que são expressões vivas do nosso povo, a Política Nacional de Cultura Viva traz consigo saberes ancestrais, práticas culturais e formas de vida únicas. Essa política cultural de base comunitária desempenha um importante papel para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural. E reafirma também o potencial econômico do acontecimento cultural, demonstrando a força da economia criativa a partir dos fazeres e saberes culturais das comunidades.

Apesar de todo o esfacelamento das políticas culturais, e os ataques que sofremos nos últimos anos, os Pontos e Pontões de Cultura se mantêm firmes e acesos.

Os pontos de cultura são faróis! Luzes que iluminam o Brasil que sonhamos um dia! Que essas mais de 5 mil luzes iluminem e guiem os nossos passos na estruturação de políticas culturais revolucionárias e emancipatórias.

Um viva ao Cultura Viva! Um viva aos ponteiros e pontei-ras do Brasil!

CULTURA VIVA: 20 ANOS DE DESAFIOS, CONQUISTAS E RESISTÊNCIA

Márcia Rollemberg

Secretária de Cidadania
e Diversidade Cultural

MINISTÉRIO DA CULTURA



Em 2024, a *Cultura Viva* completa 20 anos, desde sua criação em 2004, como um *Programa de Cultura, Educação e Cidadania*, passando pela promulgação da Lei n. 3.018/2014, que a instituiu como Política Nacional, chegando ao atual momento de posicionamento da Cultura Viva como a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura. Está na hora de contar essa trajetória, trazer à tona essa preciosa memória de construção coletiva, que nasce do reconhecimento e valorização de quem faz a cultura brasileira acontecer.

Oportunidade de refletir sobre as conquistas e os atuais desafios, de bater tambores, cantar na ciranda e celebrar, nutrindo-nos de esperança e pertencimento. Momento de pensar e se comprometer, no presente, com o futuro, construído a partir da *4ª Conferência Nacional de Cultura* e da participação social na elaboração do novo *Plano Nacional de Cultura 2025-2035*.

Mesmo diante do hiato de seis anos na prioridade e financiamento federal aos Pontos de Cultura, sabemos que a Cultura Viva veio para ficar, é uma realidade no Brasil e prioridade em parte dos governos estaduais e de capitais. Internacionalmente, expandiu fronteiras, ao inspirar os países da Iberoamérica, integrando 13 países por meio do *Programa de Cooperação Ibercultura Viva*, sob a liderança da SEGIB/OEI. Iniciativa que completa 10 anos, tendo o Brasil reassumido a Presidência, para o mandato de 2024-2026.

Vivemos, a partir de 2023, um processo de revitalização e expansão da cultura, especialmente com o financiamento da *Lei da Política Nacional Aldir Blanc*, que define um piso inicial de investimentos de 388 milhões de reais/ano até 2027, a serem aplicados pelos entes federados.

A *Política Nacional de Cultura Viva* é a porta mais democrática de acesso às ações de fomento para os grupos, coletivos e instituições culturais sem fins lucrativos que fazem a cultura acontecer nos diversos territórios, e em todos os biomas. Em vista de melhor compreendê-la, podemos considerar, para sua maior efetividade, a coexistência de quatro dimensões: poética, estética, métrica e ética.

A **poética** é o conceito do “DO-IN antropológico” expressa pelo Ministro Gilberto Gil, quando reconhece a relevância de incluir “os pontos de cultura” no fomento cultural, ou seja, os grupos e coletivos que historicamente fazem a cultura bra-

sileira pulsar criativamente nesse corpo-nação que é o Brasil, ativando suas energias sociais.

O DNA do Programa valoriza o protagonismo, a autonomia e o poder social da diversidade das expressões e dos agentes do fazer cultural em suas comunidades, que passam a ser incentivados e conectados em redes colaborativas e com comunicação digital.

A dimensão **estética**, que garante a gestão compartilhada e participativa da Política Nacional Cultura Viva com a sociedade civil e o poder público, em todos os níveis: federal, distrital, estadual e municipal. Sua estrutura operacional deve qualificar, de forma permanente, meios e instrumentos, e foi com esse objetivo que ocorreu o processo de pesquisa e avaliação da Cultura Viva, em parceria com o IPEA e a *Comissão Nacional de Pontos de Cultura*.

Vivemos um período de enfrentamento aos problemas dos passivos gerados por instrumentos não adequados ao público-alvo que objetivava fomentar. Uma situação de adversidade que se fez oportunidade, com importantes conquistas como a Lei Cultura Viva, que adotou contribuições fundamentais do referido processo de redesenho, como por exemplo a possibilidade de um Ponto de Cultura ser certificado mesmo sendo um coletivo sem CNPJ, o que favorece arranjos tradicionais, mas pouco formais, que vivem à margem das políticas públicas.

Merece destaque a criação de um instrumento específico – o *Termo de Compromisso Cultural* e sua regulamentação. Uma forma contratual inovadora para a parceria entre governo e sociedade civil, que traz a avaliação do mérito e dos resultados, antes da prestação de contas financeiras. Considera as especificidades do campo cultural, favorecendo o acesso democrático ao fomento, aos meios de fazer e produzir cultura, sem arrolamentos burocráticos.

Outra ferramenta que merece menção é o *Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura*, que está em operação desde 2016. Embora precise ser aperfeiçoado e atualizado tecnologicamente, ele possibilita a certificação simplificada de entidades culturais e coletivos, e é o nosso “CAD-único Cultura Viva”. Atualmente, o Cadastro revela que, em um ano, a rede cresceu de 3.400 para mais de 5 mil Pontos e Pontões de Cultura, distribuídos em todas as 27 Unidades da Federação e atingindo mais de 1.400 municípios brasileiros.

Com a Ministra Margareth Menezes, neste momento de “maioridade”, agrega-se a dimensão da **métrica**. “A Política Nacional Aldir Blanc é um marco histórico para alavancar os direitos culturais no país e nacionalizar o fomento, e possibilita estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura, com recursos previstos até 2027, na ordem de 15 bilhões de reais”. Nesse contexto, se instituiu o maior investimento na Cultura Viva, nos seus 20 anos de existência, permitindo que ganhe escala: a “Política Nacional Cultura Viva tenha o tamanho do Brasil”.

A missão compreende também a implementação de ações afirmativas e de acessibilidade nos editais dos estados e municípios, financiados com recursos federais, com a definição de cotas, sendo 25% para pessoas negras, 10% para pessoas indígenas e 5% para pessoas com deficiência, conforme previsto na Instrução Normativa (IN) MinC nº 10, de 28 de dezembro de 2023. Os Fóruns de gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais devem pactuar com a sociedade civil uma ação continuada de capacitação das equipes e intercâmbio de boas práticas e a adoção de mecanismos eficazes de monitoramento e de avaliação.

Isso nos leva à dimensão da **ética**, na busca de ser efetiva em seu propósito, em impactar de forma positiva a vida das pessoas e de suas comunidades, fortalecer capacidades e identidades, diminuir as desigualdades e contribuir para o bem viver e o desenvolvimento sustentável.

A Cultura Viva promove diálogos interculturais, ativa energias sociais e a potência das culturas populares e tradicionais, da cultura de raiz e contemporânea, de tecnologias sociais e digitais. Reconhece e impulsiona a maior rede de educação e formação cultural do país, de economia solidária e criativa e, principalmente, de construção de valores não monetizados, que se expressam numa cultura diversa e plural, inclusiva e de exercício da cidadania.

Para garantir a promoção da diversidade cultural com força e beleza nos vários cantos desse Brasil, precisamos manter a partitura e ampliar os arranjos e versões. O *Encontro Nacional Cultura Viva 20 anos* é a expressão da parceria e do esforço da Rede Cultura Viva, da gestão pública e das universidades, em tecer essa rede colaborativa que monitore e avalie resultados, e que construa evidências para sua expansão com equidade. E que na *Teia Nacional*, em 2025, possamos celebrar novas e significativas conquistas.

A COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA



COMISSÃO — encontro de pessoas visando gestar uma ação, um projeto, coletivamente.

NACIONAL — em todos os cantos do Brasil.

DOS — nossos

PONTOS DE — na gênese, Do IN – precisa ser massageado para fluir.

CULTURA — o que nos dá pertencimento..., ou seja, eu SEI quem EU SOU!

Agradecemos a oportunidade de fala, à Prezada Ministra Margareth Menezes, Secretária Márcia Rolemberg, Diretor João Pontes, Coordenador Leandro Anton e demais integrantes do Consórcio de Universidades pela Cultura Viva. Saudamos, em nome de vocês, a equipe do Ministério da Cultura, bem como os órgãos gestores estaduais e municipais da cultura.

O Elo

Foram erros e acertos, de forma compartilhada, entre poder público e sociedade civil. Agora com a experiência e resiliência dessas construções coletivas por todos os que deixaram seus legados, o CULTURA VIVA se tornou, na sua essência, o elo entre as políticas públicas de reconhecimento e valorização da cultura e inspirou outros países e a CNPdc, consolidando esse ELO.

Há vinte anos que nos encontramos quase que diariamente, nos relacionamos, hoje, virtualmente, mas nos tornamos mais íntimos, sabemos em detalhe as alegrias do bom fazer cultural, assim como sabemos as dores que nos amputam os membros quando um dos nossos ponteiros está no aperreio.

Elos banhados nos ensinamentos de Mestras imortais.

Mestra Vânia — reconhecida como patrimônio imaterial da ONU – É Ponto de Cultura.

Nazaré do ó Ribeiro — mestra do carimbo – É Ponto de Cultura.

Mestra Dorinha — Artesã rendeira da Renascença paraibana – É Ponto de Cultura.

Mestra Lia de Itamaracá — curandeira pernambucana – É Ponto de Cultura.

Mestra Doci — revolucionária, criou a escola holística, a metodologia griô e plantou com as próprias mãos uma pequena floresta – É Ponto de Cultura.

O MinC hoje tem o DNA da CNPdc:

Leandro Anton, Binho, João Pontes, Damiana Campos, Thiago Rocha, Santini - **ELO mantido** e fortalecido pela Comissão Na-

cional dos Pontos de Cultura. Lydia Lucia, do Amazonas, é Ponto de Cultura.

Alice Monteiro, de Taperoá, é Ponto de Cultura.

Marcos Antonio Rocha, do Ceará, é Ponto de Cultura

Davy Alexandrinsk, do Rio de Janeiro, é Ponto de Cultura. Marcelo das Histórias, de São Paulo, é Ponto de Cultura. Dorivan, do Jalapão, é Ponto de Cultura.

Sady, do Rio Grande do Sul, é Ponto de Cultura. Luciano, do Ceará, também é Ponto de Cultura.

Teotônio Roque, Rio Grande do Norte, é Ponto de Cultura. Wertemberg Nunes, Tocantins, é Ponto de Cultura.

Eduardo Lima, de Pernambuco, é Ponto de Cultura. Manoel Messias, de Sergipe, é Ponto de Cultura.

Iara Aparecida, de Minas Gerais, é Ponto de Cultura.

Erlìe Jonson, do Amapá, é Ponto de Cultura.

Stella Cabral, de São Paulo, é Ponto de Cultura. Darlan, do Tocantins, é Ponto de Cultura.

Firmineto (Senadora), de Rondônia, é Ponto de Cultura. José Maria Zema, do Pará, é Ponto de Cultura.

Walter Cedro, de Brasília, é Ponto de Cultura.

Graça da Cesta, da Bahia, é Ponto de Cultura.

Pai Geová, do Espírito Santo, é Ponto de Cultura.

Geovan, do Espírito Santo, é Ponto de Cultura.

Reconhecer a Comissão Nacional de Pontos de Cultura como esse ELO de resistência, resiliência para transformar e reafirmar que o Cultura Viva é o maior programa de consolidação da dimensão Simbólica, Econômica e Cidadã da Cultura, que revelou o país de Ponto a Ponto. Mas são milhares que continuam na invisibilidade sendo preciso propagar, viralizar o conceito de Cultura Viva, para que a Gestão Pública, em todas as suas esferas, reconheça em cada Ponto e Pontões de Cultura, a ferramenta de garantia de acesso ao direito à Cultura, que movimenta milhões, que transforma sociedades, que liberta o pensamento, que protagoniza o invisível e o indizível.

Na pluralidade do Cultura Viva, precisamos nos reconhecer, nós, fazedores de Cultura... e transformar esse Programa em uma ferramenta de GESTÃO COMPARTILHADA, para implementar não só a Lei Paulo Gustavo, a Lei Aldir Blanc, mas o próprio Sistema Nacional de Cultura. Cada um de nós somos protagonistas dessa história e acreditamos na força da Cultura

dessa nação, mas precisamos concentrar e priorizar esforços para trazer para as mesas de debate e tomadas de decisões o "Cultura Viva", como garantia, reafirmo, do direito ao acesso à Cultura. E essa rede de Pontões que agora se une à CNPdc, decididamente será essa ferramenta de gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil.

Temos a certeza de que não vamos medir esforços para os Gestores Estaduais e Municipais da Cultura consolidarem o CULTURA VIVA, onde possa ouvir a cada fala, a cada canto, o orgulho estampado: "Nós Somos Ponto de Cultura", porque fazemos o que mais sabemos fazer: Cultura.

UMA AGENDA COMPARTILHADA DE CONHECIMENTOS

Consórcio Universitário Cultura Viva

UFBA — UFF — UFPR



Após um período crítico de fragilização das políticas públicas de cultura em âmbito federal, ocorrida entre os anos de 2016 e 2022, chega-se ao momento de refundação das bases institucionais e programáticas que sustentam o desenvolvimento cultural do país. O novo ciclo político tem como maior emblema a refundação do Ministério da Cultura (MinC), em 1º de janeiro de 2023, e, com ele, a retomada de políticas culturais fundamentais, como a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV).

O Cultura Viva foi criado por decreto, como programa, em 2004, e institucionalizado dez anos depois, por meio da Lei Federal n. 13.018/2014. A lei foi fruto da articulação e mobilização dos agentes culturais e ganhou acentuada relevância no Brasil por institucionalizar como política de Estado uma ação baseada na defesa e promoção da diversidade cultural. Esta plataforma serviu para o transbordamento do Cultura Viva para além das fronteiras nacionais, consolidando-se como uma inovadora ação de base comunitária para um conjunto de países da Iberoamérica. Alcance e potência que só reforçam a dimensão e a importância do Cultura Viva.

A recriação do MinC trouxe de volta também a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC). Ampliou-se a janela para que o Estado brasileiro garanta reais condições para a efetivação da PNCV. Não na perspectiva de dar continuidade ao que foi interrompido a partir do golpe de 2016, mas para ressignificá-la neste novo cenário que se apresenta no país e no mundo. Em novos tempos, a PNCV deve passar por um processo de atualização programática, reestruturação institucional e reaquecimento de suas redes de pontos de cultura, pontões e agentes. Um redimensionamento catalisado pelos novos mecanismos de financiamento e apoio, sobretudo pela Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Não é exagero afirmar que se inaugura uma nova e importante agenda da Política Nacional de Cultura Viva.

É nesse cenário, que surge a proposta de criação do Consórcio Universitário Cultura Viva, formado para a realização do projeto *20 anos de Cultura Viva: pesquisa e formação*. Um projeto a ser desenvolvido ao longo de dois anos e meio, a partir do início de 2024. Em parceria com a SCDC/MinC, o Consórcio pretende contribuir, em síntese, para a reformulação conceitual e institucional da ação governamental da PNCV. Composto pelas universidades Federal da

Bahia (UFBA), Federal Fluminense (UFF) e Federal do Paraná (UFPR), o Consórcio integra estudantes de graduação e de pós-graduação, técnico-administrativos, professores e pesquisadores, que deverão empreender atividades de formação e pesquisa em torno da PNCV.

Para o fortalecimento de políticas públicas, é fundamental a geração de informações que possam embasar análises, guiar planejamentos e reformulações da ação pública. É neste sentido, que o Consórcio Universitário Cultura Viva deve atuar, a partir de sua vocação, mirando a elaboração qualificada de estudos e pesquisas. Além disso, à universidade também compete implementar processos formativos na perspectiva de contribuir para uma atuação ainda mais potente do conjunto de atores envolvidos na política. O trabalho do Consórcio, nesse âmbito, deverá ser guiado pelo respeito e reconhecimento do acúmulo de saberes articulados em torno da PNCV, o que significa valorizar de forma fundamental o diálogo amplo e horizontal com a sociedade civil organizada, especialmente, com os Pontões e Pontos de Cultura e com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, corresponsável pela política de Cultura Viva.

E como o Consórcio Universitário Cultura Viva atuará efetivamente nessa política? A ação está delineada em duas perspectivas: pesquisa e formação. Está no horizonte produzir pesquisas a partir do monitoramento da PNCV na PNAB; refletir sobre o processo de institucionalização e federalização da Cultura Viva; pesquisar o histórico orçamentário da PNCV; analisar a dimensão econômica dos Pontos de Cultura a partir do diagnóstico dos Pontões de Cultura; avaliar a internacionalização da PNCV consolidada no IberCultura Viva. No campo da formação, a abordagem se dará sobre os Pontões de Cultura, os Agentes Cultura Viva e os gestores públicos envolvidos diretamente com a política. Para cada um desses atores, de forma dialogada, serão implementados processos formativos que preservem as suas especificidades.

A agenda do Consórcio contempla, também, publicações resultantes das pesquisas realizadas, dos subsídios gerados para os encontros e seminários e de relatórios temáticos que aprofundam campos específicos da PNCV. Não apenas como registro e divulgação científica, mas como, e no mesmo grau de relevância, insumos consistentes para o incremento

da política pública. *O Encontro Cultura Viva 20 anos* apresenta-se, assim, como um espaço de formação e pesquisa, trocas de conhecimentos, reflexões e celebração, reunindo em uma grande arena as pessoas realizadoras da Cultura Viva, em todas as esferas de atuação.

Que tenhamos um belo encontro de saberes!

TEMPOS DA CULTURA VIVA

20 ANOS
DO PROGRAMA
CULTURA VIVA

10 ANOS
DA POLÍTICA NACIONAL
CULTURA VIVA

10 ANOS
DO PROGRAMA
IBERCULTURA VIVA



Ao longo desses 20 anos, muita coisa aconteceu. Quais fatos fazem parte de nossa memória? Quais rastros permaneceram em nós no percurso dessa história?

Para recompor esse caminhar, apresentamos alguns acontecimentos que marcam a história da Cultura Viva. Uma trilha que será muito mais interessante se contarmos com a cooperação de todas as pessoas que fazem parte dela. Topam participar?

Compartilhe informações através do e-mail:
linhadotempo@culturaviva20anos.org

◆ 2003



Posse de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência do Brasil.



Nomeação de Gilberto Gil como Ministro da Cultura.

◆ 2004

Nomeação de Célio Turino para dirigir a Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC).



Portaria n. 156 - Institui o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva.

Edital de Pontos de Cultura.

◆ 2005

Editais: Pontos de Cultura; Pontos de Cultura de Capoeira da Bahia; Pontões de Cultura; Prêmio Cultura Viva.



1ª Conferência Nacional de Cultura.



2006

• Editais: Ação Griô Nacional; Prêmio Cultura Viva; Prêmio Culturas Indígenas.

• 1ª TEIA: "Venha Ver e Ser Visto" (SP).



• Publicação da pesquisa de avaliação e monitoramento do Programa Cultura Viva feita pelo Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.

2007

• Posse de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência do Brasil (2º mandato)



• Criação da Comissão Nacional de Pontos de Cultura.

• Editais: Pontões de Cultura; Pontões de Cultura Digital; Prêmio Escola Viva; Prêmio Cultura Viva; Prêmio Culturas Ciganas - Edição João Torres.

• 2ª TEIA: "Tudo de Todos!" (MG).



• 1º Fórum Nacional de Pontos de Cultura.

• Descentralização do Programa Cultura Viva por meio dos entes federados.

2008

2009



Nomeação de Juca Ferreira como Ministro da Cultura.

Criação da Comissão Nacional dos Griôs e Mestres.

Editais: Ação Griô Nacional; Bolsa de Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto; Prêmio Cultura e Saúde; Prêmio Interações Estéticas; Prêmio Asas I; Prêmio Ludicidade/Pontinhos de Cultura.



3ª TEIA: "Direitos Humanos: Iguais na Diferença" (DF).

2º Fórum Nacional de Pontos de Cultura.

Mudança do nome da SPPC para Secretaria de Cidadania Cultural (SCC).

Editais: Pontões de Cultura; Agente Cultura Viva; Griô na Escola e na TV; Bolsa Agente Escola Viva; Bolsa de Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto; Prêmio Cultura Viva; Prêmio Mídia Livre; Prêmio Estórias de Pontos de Cultura; Prêmio Areté; Prêmio Tuxáua; Prêmio Pontos de Valor; Prêmio Interações Estéticas.

Encontro Nacional dos Pontinhos de Cultura/Espaço de Brincar (DF).

Seminário Internacional do Programa Cultura Viva (GO).

Publicação do MinC: "Programa Cultura Viva: análise e observações".



◆ 2010

Nomeação de TT Catalão para dirigir a Secretaria de Cidadania Cultural.

Lei n. 12.343 - Institui o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

Editais: Prêmio Economia Viva; Prêmio Cultura e Saúde; Prêmio Cultura Digital-Esporos de Pesquisa e Experimentação; Prêmio Pontinhos de Cultura; Prêmio Tuxáua; Prêmio Asas II; Prêmio Pontos de Mídia Livre; Prêmio Culturas Indígenas - Edição Marçal Tupã; Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa - Edição Inezita Barroso; Prêmio Cultura Hip Hop - Edição Preto Ghóez; Prêmio Culturas Ciganas; Prêmio Interações Estéticas - Residências Artísticas.



2ª Conferência Nacional de Cultura.



4ª TEIA: "Tambores digitais" (CE).



3º Fórum Nacional de Pontos de Cultura.

Publicação do IPEA: "Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania".

Cultura Viva

avaliação do programa arte educação e cidadania



2011

Posse de Dilma Rousseff na Presidência do Brasil.



Nomeação de Ana de Hollanda como Ministra da Cultura.

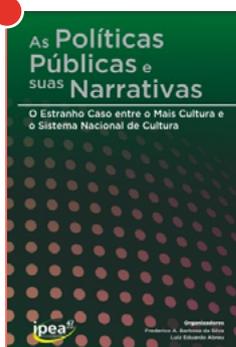


Nomeações de Marta Porto (maio a setembro) e de Márcia Rollemberg (a partir de setembro) para a Secretaria de Cidadania Cultural.

Portaria n. 123 - Estabelece as metas do Plano Nacional de Cultura.

Editais: Prêmio Agente Jovem de Cultura: diálogos e ações interculturais; Prêmio Pontos de Memória; Prêmio Arte e Cultura Inclusiva - Edição Albertina Brasil.

Caravana Nacional dos Pontos de Cultura à Brasília.



Publicação do IPEA: “As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura”.



Publicação do IPEA: “Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva”.



Publicação do IPEA: “Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões”.

2012



Nomeação de Marta Suplicy como Ministra da Cultura.

Emenda Constitucional n. 71 - Institui o Sistema Nacional de Cultura.

Lei n. 12.761 - Institui o Vale-cultura.

Criação da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) a partir da junção da SCC com a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID).

Redesenho do Programa Cultura Viva.

Editais: Prêmio Culturas Indígenas - Edição Raoni Metuktire; Prêmio Culturas Populares - Edição 100 anos de Mazaropi.

2013

Portaria n. 118 - Reformula o Programa Cultura Viva e revoga as Portarias n. 156/2005 e 82/2005.

Criação do Programa IberCultura Viva.

Lançamento do Mapa da Cultura.

3ª Conferência Nacional de Cultura (DF).



Encontro dos Gestores Estaduais dos Pontos de Cultura (BA).

Encontro de Gestores e Procuradores Estaduais e Municipais das redes dos Pontos de Cultura (DF).

1º Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária (Bolívia).

2014

- Lei n. 13.018 - Institui a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV).
- Lei n. 13.019 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).
- Portaria Ministerial n. 34 - Cria o Grupo de Trabalho Cultura Viva.
- Lançamento do Programa IberCultura Viva no 6º Congresso Ibero-americano de Cultura (Costa Rica).
- Editais: Prêmio Culturas Ciganas; Prêmio Cultura Hip Hop; Prêmio de Culturas Afro-brasileiras.
- 5ª TEIA: "Diversidade" (RN).
- 4º Fórum Nacional de Pontos de Cultura.
- 1º Fórum Nacional de Gestoras e Gestores do Programa Cultura Viva.
- 1ª Reunião do Conselho Intergovernamental do IberCultura Viva (Brasil).



Publicação do IPEA:
“Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva”.



2015

Posse de Dilma Rousseff na Presidência do Brasil (2º mandato).



Nomeação de Juca Ferreira como Ministro da Cultura.



Nomeação de Ivana Bentes para a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

Instrução Normativa n. 01 - Regulamenta a Lei Cultura Viva.

Lançamento do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

Editais: Prêmio Pontos de Mídia Livre; Prêmio Pontos de Cultura Indígenas; Prêmio Cultura de Redes.

2º Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária (El Salvador).

2016

Posse de Michel Temer na Presidência do Brasil.



Medida Provisória n. 726 - Extingue o Ministério da Cultura

Medida Provisória n. 728 - Recria o Ministério da Cultura

Nomeações de Marcelo Calero (maio a novembro) e Roberto Freire (a partir de novembro) para o Ministério da Cultura.

Nomeação de Renata Bittencourt para a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (julho a dezembro).

Instrução Normativa n. 08 - Substitui a IN n. 01/2016 na regulamentação da PNCV.

Lançamento da Plataforma da Rede Cultura Viva.

1º Encontro de Redes IberCultura Viva (Argentina).

2017

- Nomeação de Sérgio Sá Leitão (a partir de julho) como Ministro da Cultura.
- Nomeação de Débora Albuquerque para a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.
- Fusão da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) com a Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional (SADI), que passa a se chamar Secretaria de Diversidade Cultural (SDC).
- Edital Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros.
- 3º Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária (Equador).
- 2º Encontro de Redes IberCultura Viva (Equador).

2018

- Nomeação de Magali Moura (a partir de junho) para a Secretaria de Diversidade Cultural (SDC).
- Edital Culturas Populares - edição Selma do Coco.
- Mapeamento e Diagnóstico da PNCV pela Fundação Getúlio Vargas.

2019

- Posse de Jair Bolsonaro na Presidência do Brasil.
- Medida Provisória n. 870 - Extingue o Ministério da Cultura.
- Incorporação da Secretaria Especial da Cultura ao Ministério da Cidadania.
- Nomeações de Henrique Pires (janeiro a agosto), José Paulo Martins (interino) (agosto a setembro), Ricardo Braga (setembro a novembro) e Roberto Alvim para a Secretaria Especial da Cultura.
- Mudança da gestão da Cultura Viva para a Secretaria Nacional de Diversidade Cultural (Ministério da Cidadania).
- Transferência da Secretaria Especial da Cultura para o Ministério do Turismo (MTur).
- Edital de Culturas Populares - Edição Teixeira.
- 4º Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária (Argentina).
- 3º Encontro de Redes IberCultura Viva (Argentina).

2020

- Pandemia da Covid-19.
- Nomeações de José Paulo Martins (interino) (janeiro a março), Regina Duarte (março a junho) e Mário Frias para a Secretaria Especial da Cultura/Mtur.
- Mudança da gestão da Cultura Viva para a Secretaria Nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural (MTur).
- Lei n. 14.017 - Institui a Lei Aldir Blanc de apoio à cultura.
- 4º Encontro de Redes IberCultura Viva (virtual).

2021

- Retomada gradual das atividades presenciais.

2022

- Nomeações de Hélio Ferraz (março a dezembro) e André Porciúncula (dezembro) para a Secretaria Especial da Cultura/Mtur.
- Lei Complementar n. 195 - Institui a Lei Paulo Gustavo.
- Lei n. 14.399 - Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
- Reestruturação da Plataforma Rede Cultura Viva para o Portal Gov.BR.
- 5º Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária (Peru).

2023

● Posse de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência do Brasil



● Decreto n. 11.336 - Recria o Ministério da Cultura.

● Nomeação de Margareth Menezes como Ministra da Cultura.



● Recriação da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC).

● Nomeação de Márcia Rollemberg para dirigir a SCDC.

● Portaria MinC n. 80 - Regulamenta a PNAB.

● Instrução Normativa n. 10 - Dispõe sobre regras e procedimentos para implementação das ações afirmativas e medidas de acessibilidade na PNAB.

● Editais: Fomento à Pontões de Cultura; Sérgio Mamberti (Prêmio Culturas Populares e Tradicionais Mestre Lucindo; Prêmio Culturas Indígenas Vovó Bernaldina; Prêmio Diversidade Cultural; Prêmio Pontos de Cultura Viva); Prêmio Pontos de Memória; Prêmio Pontos de Leitura; Prêmio Cultura Viva Construção Nacional Hip-Hop.



● Criação do Consórcio Universitário Cultura Viva reunindo 3 universidades federais: da Bahia (UFBA), Fluminense (UFF) e do Paraná (UFPR).

2024

Lei n. 14.835 - Institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura.

Aprovação do Projeto de Lei n. 3.905/21 - Institui o Marco Regulatório do Fomento à Cultura.

Instrução Normativa n. 12 - Dispõe sobre concessão de bolsas e prêmios da PNCV e altera a IN n. 8/2016.

Potencialização da PNCV a partir do financiamento via a Política Nacional Aldir Blanc.

Credenciamento de pontos de exibição e cineclubes para a 13ª Mostra Cinema e Direitos Humanos.

1ª Conferência Livre Cultura Viva (virtual).

4ª Conferência Nacional de Cultura (DF).



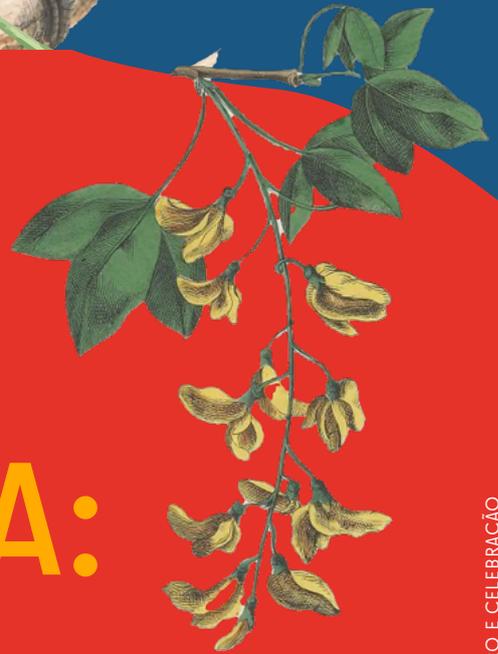
1º Seminário Pontões de Cultura: a política de base comunitária reconstruindo o Brasil (DF).

Encontro Cultura Viva 20 anos (BA).





20 ANOS DE CULTURA VIVA: REVISITAR A MEMÓRIA PARA CONSTRUIR O FUTURO



Em julho de 2024, comemora-se os 20 anos de Cultura Viva. Ao longo dessa história, muitas coisas aconteceram. A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) experimentou avanços e inflexões relacionados à sua governança, descentralização, institucionalidade e internacionalização, o que trouxe impactos profundos nas políticas culturais de promoção à diversidade cultural.

Incentivar o exercício de memória sobre uma política de arco tão amplo como a PNCV é um processo que deve ser feito coletivamente, por muitos olhares e sujeitos. A narrativa da memória aciona o sentimento, o pertencimento, a compreensão sobre um passado que gera identificação e que propõe outras vinculações. Não mergulharemos aqui no debate historiográfico e factual do desenvolvimento da política, algo já exercitado por várias análises e debates, bem como já rascunhado na linha do tempo que acompanha esse texto. O que se propõe a acionar/convocar, nesse momento, é o pertencimento de todos os sujeitos a um processo político iniciado no Brasil há 20 anos e que vai além de uma estrutura de fomento.

É válido enfatizar, de início, que a trajetória do Cultura Viva tem profunda relação com o novo período que as políticas culturais brasileiras passaram a vivenciar a partir de 2003, focado na valorização da diversidade cultural e no protagonismo da sociedade civil. A gestão de Gilberto Gil, artista tropicalista, é símbolo de uma virada temática e de um reposicionamento do Estado brasileiro para tratar o campo da cultura.

Criado em 2004, o então *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva* surgiu como uma política de reconhecimento e de valorização de agentes e práticas culturais espalhados pelo Brasil, historicamente marginalizados e invisibilizados pelo Estado. Como nos lembra Célio Turino, o Programa refletia a dinamicidade contínua que pulsava em todo o território nacional: “Cultura Viva pressupõe o entendimento de que cultura é fluxo, está em movimento contínuo, sempre em processo. Ela germina pelo cultivo constante.”¹

Com foco prioritário no acesso, o Cultura Viva reforçava a importância de democratizar os produtos e práticas, mas, essencialmente, os meios de produção com vistas a garantir o pleno exercício de direitos culturais. Como remonta as palavras de Beth de Oxum sobre o que significou o reconhecimento como Ponto de Cultura no território:

1 TURINO, Célio. Viagem à semente: uma anamnese da Cultura Viva. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023. No Ministério da Cultura, Célio Turino dirigiu a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, posteriormente chamada de Secretaria de Cidadania Cultural, entre 2004 e 2010.

Nós, o povo de santo, aqui em Pernambuco, estamos com a autoestima levantada [...]. Os terreiros de candomblé sempre foram tratados com intolerância. Quantas vezes fomos saqueados pela polícia, que tirava todos os nossos fundamentos. No porão do Palácio do Campo das Princesas [sede do governo do estado] estão jogados, feito pó, todos os nossos fundamentos, os ibás [arranjos em cerâmica e painéis para oferendas], os ilu [instrumentos musicais, atabaques], os assentamentos [pedras]. Agora, quando a polícia aparece, nós dizemos: “O que vocês querem? Somos Ponto de Cultura, reconhecidos pelo governo federal”. E a zabumba, que foi dos nossos avós e tem mais de 150 anos, pode tocar a sambada, a ciranda, o samba de coco, o maracatu e todos os encontros de brincantes. (Beth de Oxum. Ponto de Cultura Memória e Produção da Cultura Popular – Coco de Umbigada, Olinda, Pernambuco).²

Reconhecer e garantir o acesso era um mecanismo de justiça social, uma ferramenta de distribuição de renda, uma forma de ampliar o escopo de atendimento do Estado, de atuação ainda bastante restrita no início do século XXI. Era preciso, enfim, que o Ministério da Cultura (MinC) propusesse novas bases de atuação refletindo sobre o papel do Estado no campo cultural.

Levando em consideração o conceito de tridimensionalidade da cultura – simbólica, cidadã e econômica – acionado pelo MinC naquele contexto, o Programa Cultura Viva destaca-se, especialmente, pela ênfase ao aspecto da cidadania, dos direitos culturais, ao mesmo tempo em que tensiona a prática simbólica e estética como exercício identitário, como potencial motor de geração de emprego e renda. Tudo isso envolto a uma diversidade cultural e territorial expressiva, que se irradia por todo país. Recuperando um trecho de reflexão, de 2004, do então Ministro da Cultura Gilberto Gil sobre a ação dos Pontos: “Os Pontos de Cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local”.³

O Programa Cultura Viva significou o reconhecimento da diversidade cultural brasileira por parte do Estado, que estabeleceu estruturas de fomento e garantia de protagonismo na decisão de quais caminhos cada Ponto deveria seguir. Contudo, é sempre pertinente recuperar que a operacionalização do Programa evidenciou o despreparo do Estado brasileiro para lidar com os múltiplos cenários possíveis na gestão de organizações sociais de base comunitária. Não foram poucos os problemas

2 Citação retirada do livro de Célio Turino: **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010, p. 65.

3 Citação retirada do discurso de Gilberto Gil sobre o Programa Cultura Viva durante o encontro com artistas em Berlim, Alemanha, em 02 de setembro de 2004. Disponível em: <http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/site/2004/09/02/ministro-da-cultura-gilberto-gil-sobre-o-programa-nacional-cultura-educacao-e-cidadania-cultura-viva-durante-encontro-com-artistas-em-berlim/index.html>.

enfrentados pelos grupos culturais para cumprir normativas que não dialogavam de maneira evidente com suas realidades, o que proporcionou efeitos adversos, como atrasos no repasse dos recursos.

Ainda assim, os Pontos de Cultura resistiram e, organizados em rede, deram uma dimensão ainda mais potente ao Cultura Viva, conectando agentes, práticas e espaços culturais comunitários já existentes nos territórios. Alguns dos principais símbolos dessa rede são as instâncias representativas e os espaços de encontro, a exemplo da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e da TEIA - Encontro Nacional dos Pontos de Cultura. Nas palavras de Célia Moreira, gestora do Ponto de Cultura PIM, em julho de 2012:

[...] muito mais importante que o repasse de verbas [...] é a rede que se formou por contribuição de um e de outro, e tudo que a gente conseguiu nessa caminhada, de 2004 para cá. [...] a partir da criação desta rede (todos) se entendem pessoas importantes que contribuem na formação, na criação de uma política pública, [...] uma coisa de partilha de contribuição de todo o mundo.⁴

É importante ressaltar que esta participação foi um espaço reivindicado pelos próprios Pontos de Cultura. A gestão compartilhada acabou se tornando a mola propulsora de uma gestão política que aproximou Estado e grupos sociais. Vários capítulos foram vividos e percorridos neste percurso, desde aproximações a tensionamentos e resistências. Contudo, seu processo ilustra com tintas fortes a relevância do investimento em políticas públicas que valorizam o protagonismo social como chave para o fortalecimento de nossa democracia.

Ao mergulhar nos múltiplos discursos que compuseram os 20 anos de trajetória de Cultura Viva, vem à tona, também, as frequentes referências aos princípios de autonomia, protagonismo, empoderamento, articulação em rede e gestão compartilhada. Lançados como pilares do Programa, esses princípios funcionavam como uma gramática política reafirmada e reivindicada por distintos agentes. Na prática, indicavam uma outra forma de relação entre o Estado e a sociedade civil que até então, nos idos de 2004, nunca tinha acontecido nas políticas culturais brasileiras. O fomento direto do poder público para as instituições culturais fazerem aquilo que elas já realizam, para desenvolverem suas próprias

4 MOREIRA, Célia apud LIMA, Deborah Rebello. **As teias de uma rede: uma análise do Programa Cultura Viva.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2013, p. 92.

ações e projetos culturais, sem o Estado dizer onde, como e quando. Algo inédito e transformador.

Ainda neste percurso de memória, entendendo-a como mecanismo de aprendizado, é pertinente reforçar o lugar deste conceito na própria prática da política. Afinal, falar de Cultura Viva e memória é também cometer uma espécie de pleonasma, uma redundância, pois a Cultura Viva contempla em sua gênese a memória viva de comunidades e grupos culturais. Podemos reforçar que a Cultura Viva é uma política de valorização da memória, e diversas iniciativas foram implementadas nesse sentido, como os Pontos de Memória e a Ação Griô. Sobre isso, vale recorrer às palavras do Mestre Alcides de Lima, coordenador do Ponto de Cultura Amorim Rima/CEACA e integrante da Ação Griô:

[...] Temos no saber ancestral, em diversas práticas e elementos tradicionais, o lugar físico e fixo como imprescindível e permanente, mas algumas práticas constroem o lugar, ou seja, os elementos sagrados também se fazem lugares. A ancestralidade não é desvinculada do corpo; aliás, este é um elemento muito importante para expressá-la. Podemos, então, considerar que o corpo também é o lugar dela, sendo o principal instrumento de resistência das práticas de tradições orais. Consideramos a possibilidade de levar na memória e em nosso próprio corpo determinado inventário e de tornar a prática como presença, como certa matriz a continuar a tradição.⁵

Unir tradição e inovação em uma combinação inventiva de tecnologias ancestrais: a Cultura Viva preserva, salvaguarda e fomenta os conhecimentos das culturas populares e os modos de viver de comunidades tradicionais e dos povos ancestrais. Mas, ao mesmo tempo, valoriza esses saberes e os conecta nas escolas, nos museus, com as crianças e os jovens agentes cultura viva, o que permite sua difusão e promove sua recriação em uma dinâmica viva de reconhecimento e reinvenção próprias da cultura. É o que nos reforça TT Catalão:

[...] é possível outro pensar com raízes tradicionais sem dispensar novas tecnologias. Criar outros canais para estabelecer inéditas conexões: reforçar as redes que rompem paredes. Superem limites não só os impostos pelos sistemas controladores de fora, mas até os gestados nas próprias comunidades-guetos que ainda incorporem o “peso do impossível”: quebrar o fantasma da impotência.⁶

5 TSEREWAPTU, Alcides de Lima. Eu e minha ancestralidade: o encontro de saberes. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 22, São Paulo, Itaú Cultural, p. 153-163, maio/nov. 2017. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/revista-observatorio-22-memorias-resistencia-e-politicas-culturais-na-america-latina>.

6 CATALÃO, TT. Transe e transição, travessia e travessuras, trânsito e transgressão. In: MINC. SCC. **Seminário Internacional do Programa Cultura Viva**, Pirenópolis: GO, 18 a 20 nov. 2009. Brasília: MinC, 2009. p. 47. TT Catalão era jornalista e, à época, Diretor da Secretaria de Cidadania Cultural, onde posteriormente assumiu o posto de secretário.

Tal movimento não ficou restrito ao território brasileiro, como se sabe. O ideário proposto no Cultura Viva foi transbordado para outros países, sobretudo, latino-americanos. Nesse quesito, tratamos de dois movimentos importantes. Um pelo prisma dos Estados que proporcionaram a criação de um programa de cooperação internacional denominado Programa IberCultura Viva, que completa 10 anos, em 2024, e que instituíram políticas em seus territórios inspiradas pelo modelo Cultura Viva. E um outro orientado pelo prisma dos sujeitos, agentes e movimentos sociais, denominado Cultura Viva Comunitária, que revelou outras dinâmicas possíveis no desenvolvimento das políticas e no olhar para os territórios, como a perspectiva do bem-viver, por exemplo.

A expressão Cultura Viva Comunitária traz consigo a importante dimensão de pensar o território enquanto espaço de convivência, de construção de laços, de encontro de identidades e de solidariedade. A concepção de comunidade aí envolvida está relacionada às ideias que se referem a conceitos, práticas e estilos de vida adotados pelas cosmovisões dos povos originários da América Latina. O movimento Cultura Viva Comunitária é, assim, representado por organizações culturais comunitárias dinâmicas, flexíveis, colaborativas e autogeridas. As lógicas particulares dessas organizações permeiam linguagens, expressões e práticas cotidianas em suas dimensões individuais e, sobretudo, coletivas. Uma das ideias centrais é justamente reforçar o significado público do conhecimento e das atividades culturais.

Se o movimento dos Pontos de Cultura no Brasil se expandiu para a América Latina, inspirando e mobilizando outros sujeitos e agentes culturais, é possível perceber um caminho de volta, com dimensões mais desenvolvidas no exterior influenciando o movimento brasileiro, como um processo de retroalimentação contínuo. A atual defesa discursiva de que os Pontos de Cultura são a base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC) faz referência a esse acúmulo histórico. Certamente, tal termo foi incorporado a partir desse intercâmbio e das vivências reforçadas em encontros, como os Congressos Latino-americano de Cultura Viva Comunitária. Ser concebido como atual base comunitária do SNC faz uma ponte com o passado, como nos lembra Márcia Rollemberg, atual Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) do MinC, que já

sinalizava em sua gestão anterior à frente da SCDC a relação entre uma política e outra: “[Cultura Viva possui] uma gama de resultados muito significativos e relevantes para a atual gênese do Sistema Nacional de Cultura, no qual essa política faz um do-in institucional.”⁷

Em julho de 2024, também se comemora os dez anos da Lei 13.018 que institui a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). A institucionalização e consolidação de todo esse caminhar que a PNCV manifesta é fruto destes vários fios, da mobilização social, da luta por uma agenda política que garanta a centralidade das políticas culturais no eixo de investimento. Contudo, é também um aprendizado quanto à sustentabilidade de investimento e garantia de recursos. São diversas as potencialidades e impasses da PNCV em face dos atuais marcos legais e institucionais da cultura. A urgente e coerente vinculação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) com a Cultura Viva reforça que institucionalização e financiamento são parceiros indissociáveis na gestão de políticas públicas. O investimento e mobilização, a partir da PNAB, potencialmente podem fazer com que a ramificação dos Pontos de Cultura se amplie ainda mais, articulando o ingresso de novos territórios e de atores na rede, algo importante para fomentar a diversidade cultural que marca a PNCV e para contribuir para a efetividade dos direitos culturais.

Além da PNAB, a expansão da PNCV perpassa por sua relação com movimentos atuais vinculados à regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, à formulação do novo Plano Nacional de Cultura, e ao Decreto do Fomento. Outros movimentos de recorte internacional, como o Fundo IberCultura Viva, são também vitais para a Cultura Viva. A reestruturação econômica, a articulação federativa contemporânea, o desenvolvimento territorial interno e o potencial alcance transnacional estão postos como novas fronteiras para o futuro da Política Nacional de Cultura Viva, detentora e acionadora de incríveis memórias.

O momento é de celebrar o passado, mas também de refletir e se organizar para o futuro.

Viva a Cultura Viva!

7 BRASIL. Ministério da Cultura. **Revista do MinC**, edição Cultura Viva 10 anos. Brasília: MinC, 2014.

GOVERNO DO BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Geraldo Alckmin

MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA - MINC

Margareth Menezes

SECRETÁRIO EXECUTIVO - SE

Márcio Tavares dos Santos

SECRETÁRIA DA CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL - SCDC

Márcia Rollemberg

CHEFE DE GABINETE - SCDC

Allisson Silva

DIRETORA DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL - DPDC/SCDC

Karina Gama

DIRETOR DA PROMOÇÃO DE CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS - DPCP/SCDC

Sebastião Soares

DIRETOR DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA - DPNCV/SCDC

João Pontes

CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CULTURA VIVA

COORDENAÇÃO GERAL

Deborah Rebello Lima

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

Guilherme Rosa Varella

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

Luiz Augusto F. Rodrigues

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

PESQUISADORES

Clarissa Semensato (uff)

Gleise Oliveira (UFBA)

Luana Vilutis (UFBA)

Sophia Rocha (UFBA)

BOLSISTAS PÓS-GRADUAÇÃO

Artur Barbosa (UFF)

Luis Fernando Rocha (UFF)

Luma Wyzykowska (UFF)

Maria Alice Gomes Alves (UFBA)

Mateus Estrela da Ressurreição (UFBA)

BOLSISTAS GRADUAÇÃO

Ana Carolina Assumpção (UFF)

Ana Carolina Casaril (UFPR)

Bruna Kochhann (UFPR)

Eduardo Barreto Andrade (UFBA)

Ellen Sader (UFF)

Gustavo Torquato (UFF)

Iris Morena Vieira Santos (UFBA)

Júlia Rios Tougeiro (UFF)

Larissa Helena Olivares Herédia (UFPR)

Nix Silva Santos (UFBA)

Paula Roberta Correia (UFF)

Tainá Campos (UFF)

TÉCNICA-ADMINISTRATIVA

Luciana Fernandes Souza (UFBA)

APOIO INSTITUCIONAL



casa rosa



PROEXT



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



EDIÇÃO



REALIZAÇÃO



COMISSÃO
NACIONAL DOS
PONTOS DE CULTURA



CONSÓRCIO
UNIVERSITÁRIO
CULTURA VIVA • UFBA • UFF • UFPR



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



uff
Universidade
Federal
Fluminense



UFPR
Universidade
Federal do Paraná



CULTURA
viva

MINISTÉRIO DA
CULTURA



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO